



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 3, número 2, maio-ago 2014

A VIOLAÇÃO DO CORPO DO REI EM *MACBETH*



THE VIOLATION OF KING'S BODY IN *MACBETH*

Tatiane Oliveira PORTELLA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | A AUTORA
RECEBIDO EM 11/07/2014 • APROVADO EM 01/10/2014

Abstract

This article aims to analyse the tragedy of *Macbeth* by William Shakespeare (1564-1616), the literary and historical aspects, such as the idea of order and the doctrine of The King's two bodies, as well as, the psychological and emotional aspects, such as awareness and conflict.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar da tragédia *Macbeth*, de William Shakespeare (1564-1616), os aspectos literários e históricos, como a ideia de ordem e a doutrina dos Dois Corpos do Rei, bem como, dos aspectos psicológicos e emocionais, a consciência e o conflito.

KEYWORDS: Macbeth. William Shakespeare. The King's two bodies.

PALAVRAS-CHAVE: Macbeth. William Shakespeare. Dois corpos do rei.

Texto integral

INTRODUÇÃO

No universo criado por William Shakespeare (1564-1616), há um grupo de peças que compõem o que são tradicionalmente consideradas as quatro grandes tragédias: *Hamlet* (1601), *Otelo* (entre 1603 e 1604), *Macbeth* (por volta de 1606) e *Rei Lear* (no final de 1605 ou início de 1606). Para este artigo foi escolhida a peça *Macbeth*, que, dentre todas as tragédias shakespearianas, é a mais curta, a mais escura, a mais sombria e a mais densa.

Um breve resumo da peça *Macbeth* de William Shakespeare

As três bruxas se encontram em meio a luzes de um trovão e marcam seu novo encontro, na charneca onde se encontrarão com Macbeth.

Dois generais escoceses, ao voltarem de uma batalha vitoriosa contra os noruegueses, encontram no caminho três seres grotescos semelhantes a mulheres. Elas profetizam o futuro para os dois guerreiros. Macbeth se tornaria barão de Cawdor e depois rei. Banquo, por sua vez, não chegaria à realeza, mas seus filhos iniciariam uma longa linhagem de reis da Escócia.

Eles ficam muito impressionados com a predição das três bruxas que assim como apareceram, sumiram sem deixar rastros. Macbeth é logo saudado como barão de Cawdor em sua chegada à Escócia. E isso o incita a logo fazer cumprir a totalidade da profecia. Ao lado de sua ambiciosa esposa, arquitetam um plano para matarem o rei Duncan e por usurpação assumirem o trono, uma vez que Macbeth era primo do rei. Lady Macbeth trama todos os pequenos e importantes detalhes para que tudo ocorra bem. O assassinato do rei acontece de tal forma que a suspeita recai sobre seus dois filhos pretendentes, que fogem. E assim, inicia-se o reinado tirânico de Macbeth. Pois, ainda com sangue nas mãos, arquiteta a morte de Banquo e seu filho, para quebrar a segunda parte do prognóstico das bruxas, e reinar absoluto. Banquo, de fato, é morto em uma emboscada, mas seu filho foge. Iniciando assim a tragédia fatalista da qual Macbeth tenta desesperadamente escapar. Este é, em linhas gerais, o enredo de uma das mais fortes e sangrentas peças de Shakespeare.

Na escuridão dos crimes há sangue, e quando Macbeth e Lady Macbeth agem ou pensam em relação aos crimes, eles se decompõem: os olhos enganam os outros sentidos, eles veem a morte como imagem do sono (e vice-versa), ou recebem informações que são encaradas como distantes do eu do agente, um rosto falso oculta um coração falso, as mãos parecem agir quase que independentemente, são elas que ficam sujas de sangue, guardam o cheiro do assassinato, ou tornam em rubro o verde mar. A escuridão tem importância nessa decomposição, impedindo que os olhos vejam o que a mão faz [...]. (SHAKESPEARE, 2006, p. 701).

Macbeth é construída em uma gradativa e progressiva linha de degradação, em que o mal perpetrado cega completamente as personagens principais Macbeth e Lady Macbeth. E a presença e a atuação da escuridão torna-se necessária para que o espectador/leitor acompanhe a derrocada das personagens na escala de moralidade.

Segundo Caroline Spurgeon (2006), a ambição apaixonada e indomável em *Macbeth* é, portanto, a chave principal que desencadeia todo o curso da peça, sendo o fundamento da tragédia. Dominado por esse sentimento, o protagonista torna-se uma criatura vil, vaidosa, cruel, traidora, que arranca sem piedade dos corpos mortos de parentes e amigos uma posição e um poder que ele não é absolutamente equipado para ter.

Logo ao início da tragédia, no Ato I, Cena IV, depois de ouvir do rei Duncan que “[...] sinais de nobreza, como astros, hão de brilhar em todos que merecem”, Macbeth diz para si: “Apaga, estrela, pra luz não ver os meus desígnios negros” (SHAKESPEARE, 2006, p. 717).

Confirma-se, pois, que a partir desse ponto, Macbeth e sua esposa só poderão realizar seus atos maléficos e mortíferos, na escuridão. No mesmo Ato I, Cena V, é de Lady Macbeth a seguinte fala: “[...] Vinde, espíritos das ideias mortais; tirai-me o sexo: Inundai-me, dos pés até a coroa, de vil crueldade. Dai-me o sangue grosso que impede e corta o acesso do remorso; não me visitem culpas naturais para abalar meu sórdido propósito” (SHAKESPEARE, 2006, p. 719).

É, portanto, sob evocações à sombra e à escuridão que se constrói a atmosfera em que as únicas soluções são a traição e o assassinato. E onde vemos a violação do corpo político e natural do Rei.

A Imagem do Rei nas eras Elisabetana e Jacobina

Ernst H. Kantorowicz, (1998), em seu livro *Os Dois corpos do rei*, discute a teologia política e medieval das épocas elisabetana e jacobina, onde descreve a teoria dos Dois Corpos do Rei retomando os relatórios de Edmund Plowden escritos durante o reinado da Rainha Elizabeth I.

Para maior compreensão do tema, consideramos relevante apresentar casos que elucidem a teoria dos Dois Corpos do Rei. Temos como exemplo o caso do Ducado de Lancaster. Os reis lancastrianos possuíam terras não como propriedade da Coroa, mas como propriedade privada. Este caso foi julgado no quarto ano do reinado da rainha Elizabeth. Eduardo VI, antecessor da rainha, havia feito embora ainda sem idade para tal, uma concessão de certas terras ao ducado. A esse respeito, todos os advogados da Coroa reunidos na Escola de Direito de Serjeant, acordaram que, de acordo com o Direito Comum, nenhuma lei que o Rei decreta, enquanto Rei, poderá ser invalidada por sua menoridade, uma vez que o soberano é dotado de dois corpos, a saber: um corpo natural e um corpo político (KANTOROWICZ, 1998, p. 21). Os juízes destacaram que se o rei, antes de ser coroado, tivesse comprado terras, a operação teria sido realizada pelo seu corpo natural e, na eventualidade de serem doadas, o ato configuraria uma ação realizada pelo corpo político na sua condição de rei.

De acordo com Kantorowicz, o corpo natural estava unido ao corpo político, portando riqueza e dignidade reais, sendo ambos inseparáveis e incorporados em uma única pessoa, num só corpo. Entretanto, não se deve de forma alguma ignorar a superioridade do corpo político sobre o corpo natural. As imperfeições da frágil natureza humana que repousam no corpo natural são reduzidas ou até abolidas por forças misteriosas que trabalham em prol do corpo político, que por sua vez é muito mais amplo e extenso que o corpo natural.

[...] Seu Corpo Natural (se considerado em si mesmo) é um Corpo mortal, sujeito a todas as enfermidades que ocorrem por natureza ou acidente, à Imbecilidade da Infância ou da Velhice e a Defeitos Similares que ocorrem aos corpos naturais das outras pessoas. Mas seu Corpo Político é um corpo que não pode ser visto ou tocado, composto de Política e Governo, e constituído para a condução do povo e a administração do bem-estar público, e esse corpo é extremamente vazio de infância e velhice e de outros defeitos e imbecilidades naturais, a que o Corpo Político não pode ser invalidado ou frustrado por qualquer incapacidade em seu Corpo Natural. (KANTOROWICZ, 1998, p. 21).

O padrão, segundo o qual o corpo político do rei foi modulado, vazio de infância, velhice e de defeitos e imbecilidades naturais, pode ser prontamente deduzido do tratado de Sir John Fortescue sobre *The Governance of England*, onde ele escreve:

[...] não é nenhum poder ceifar pecado, e fazer o mal, ou ceifar para ficar doente, envelhecer, ou que um homem possa ferir a si mesmo. Pois todos esses poderes decorrem da impotência... motivo pelo qual os espíritos e anjos sagrados que não podem pecar, envelhecer, adoecer ou se ferir, possuem mais poder que nós que podemos nos ferir com todos esses defeitos. Assim, o poder do rei é mais. (KANTOROWICZ, 1998, p. 22).

Essa referência não foi incluída a fim de provar que os juristas elisabetanos tomaram Fortescue como sua fonte. O que consideramos relevante na citação é a demonstração de John Fortescue sobre o quão intimamente as especulações jurídicas estavam relacionadas com o pensamento teológico ou, para sermos mais específicos, com o conceito medieval do *Character Angelicus* do rei. O Corpo Político da realeza manifesta-se como uma imagem dos espíritos e anjos sagrados, porque representa, como os anjos, o Imutável no Tempo. Foi alçado a alturas angelicais, um fato para o qual se deve atentar.

Os juízes, após conquistarem uma base, um piso, por assim dizer, em firme solo celestial, prosseguiram suas discussões sobre o caso do Ducado de Lancaster. Concluíram que, se as terras que o rei havia comprado antes de ser rei, a saber, no seu Corpo Natural, fossem mais tarde por ele doadas, a doação deveria ser reconhecida como ato do rei.

Mesmo que tenha ou receba a terra em seu corpo natural, esse corpo natural está unido a seu corpo político, que contém sua Riqueza e Dignidade reais, e o corpo político inclui o corpo natural, que, embora menor, consolida o corpo político. Assim, o fato de o rei possuir um corpo natural, adornado e investido da Riqueza e Dignidade real, esse corpo não é destituído e separado por si mesmo do Cargo e da Dignidade reais. Corpo natural e um corpo político são, portanto, inseparáveis, incorporados em uma única pessoa, e compondo um corpo e não diversos. “[...] De sorte que o corpo natural, por meio dessa união do corpo político a si (Corpo Político contém o Cargo, o Governo e a Majestade reais), é magnificado e pela referida consolidação contém em si o Corpo Político” (KANTOROWICZ, 1998, p. 22).

A afirmação de Kantorowicz mostra que os dois corpos do rei constituem uma unidade indivisível, sendo cada um inteiramente contido no outro. Assim, não há como ter dúvida em relação à superioridade do corpo político sobre o corpo natural. Os três reis (Henrique IV, V, VI) possuíram o Ducado de Lancaster em seu corpo natural, o qual não é tão amplo e extenso quanto o político, e o quarto rei (Eduardo IV) o deteve com seu corpo político, mais amplo e extenso que o corpo natural.

No entanto, no corpo político residem certas forças misteriosas que diminuem e até eliminam as imperfeições da sensível e frágil matéria humana.

[...] Seu Corpo político, que é anexado ao seu Corpo natural elimina a Imbecilidade de seu Corpo natural, e atrai o Corpo natural, que é o menor, e todos os seus respectivos efeitos, para si mesmo, que é o maior, o mais digno atrai para si o menos digno. (KANTOROWICZ, 1998, p. 23).

“O mais digno atrai para si o menos digno”. A frase latina – *Magis dignum trahit ad se minus dignum* – era usada rotineiramente entre os juristas medievais e era proferida quando a ação de um rei estava sob análise. No entanto, os juristas

elisabetanos buscavam proceder com a cautela e a sensatez próprias de teólogos que definem um dogma, pois não era tarefa simples defender a união simultânea e perfeita dos dois corpos do Rei, com suas capacidades distintas.

Kantorowicz apresenta outro relatório de Plowden, *Willion versus Berkley*, em que o assunto era uma invasão do Lorde Berkley sobre terras que ele afirmava ter comprado à corte do rei Henrique VII, e que, portanto, eram de sua propriedade.

Embora a lei devesse sentenciar que o rei Henrique VII as possuía em seu Corpo natural, e não em seu Corpo político, [os juízes], no entanto disseram que ele [o Rei] não é destituído de prerrogativa em relação a coisas que possui em seu Corpo natural [...], pois quando o Corpo político do rei deste reino está unido ao Corpo natural, e das coisas possuídas nessa capacidade, é conseqüentemente alterado, e os seus respectivos Efeitos se transformam por sua união com o outro Corpo, e não permanecem em seu Grau anterior, mas partilham dos efeitos do Corpo político. (KANTOROWICZ, 1998, p. 23-24).

No caso de *Williom versus Berkley*, o juiz Southcote, estando auxiliado pelo juiz Harper, pronunciou argumentos pertinentes a esse respeito, como mostra a sentença:

O Rei possuía duas capacidades, pois possui dois Corpos, sendo um deles um Corpo natural, constituído de membros naturais como qualquer outro homem possui e, neste, ele está sujeito a paixões e morte como os outros homens; o outro é um Corpo político, e seus respectivos membros são seus súditos, e ele e seus súditos em conjunto compõem a Corporação, como disse Southcote, e ele é incorporado com eles, e eles com ele, e ele é a Cabeça, e ele os membros, e ele detém o Governo exclusivo deles; e este Corpo não está sujeito a paixões como o outro, nem à morte, pois, quanto a este Corpo, o Rei nunca morre, e sua morte natural não é chamada em nossa Lei (como disse Harper) a morte do Rei, mas a Transmissão do Rei, sem que a palavra (Transmissão) signifique que o corpo político do Rei está morto, mas que há uma separação dos Dois Corpos, e que o Corpo político é transferido e transmitido do Corpo natural agora morto, ou agora removido da Dignidade real, para outro Corpo natural. (KANTOROWICZ, 1998, p. 24-25).

Segundo Kantorowicz, a migração da “alma”, da parte imortal da realeza, de uma encarnação para a outra, conforme expressa na transmissão de titulação real por hereditariedade, é certamente um dos fundamentos de toda a teoria dos Dois Corpos do Rei. O autor destaca o fato de que esta “encarnação” do Corpo político em um rei de carne e osso não somente desfaz as imperfeições humanas do Corpo

natural, mas transmite “imortalidade” para o soberano em relação ao seu super corpo.

Na passagem citada do caso de *Willion versus Berkley* há uma símile do Estado com um corpo humano, um antropomorfismo em que o rei é a cabeça e os súditos são os membros. Essa metáfora antiga permeou o pensamento político durante a Alta Idade Média, e aponta diretamente para a teoria política-eclesiástica do *corpus mysticum*.

A metáfora do rei como cabeça e os súditos como membros está ainda presente em outro caso: *Hales versus Petit*, julgado pelo juiz Brown. A corte naquela instância estava voltada para as consequências legais de um suicídio, que os juízes procuravam definir como um ato de perfídia. Lorde Dyer, o juiz superior, ressaltou que o suicídio constituía um crime triplo. Era uma ofensa contra a natureza, uma vez que era contrário à lei de autopreservação; era uma ofensa contra Deus, pois configurava violação do sexto mandamento (não matarás); e, era um crime cometido contra o Reino pelo fato de o rei haver perdido um súdito. De acordo com a avaliação do juiz Brown, sendo o rei a cabeça, o suicídio implica a perda de um dos membros místicos do soberano.

Essa análise jurídica tem como finalidade revelar a sacralidade do corpo do rei e conter traições contra ele, pois qualquer ataque contra a pessoa natural do soberano significava um ataque contra o corpo corporativo do reino (KANTOROWICZ, 1998, p. 27-28). Fica clara a semelhança com a doutrina da teologia e da lei canônica da Igreja: a sociedade cristã tem um *corpus mysticum* cuja cabeça é Cristo.

Muito provavelmente, William Shakespeare conhecia a concepção dos dois corpos sobre a natureza gêmea do rei e de sua independência de amparo constitucional. A sua arte revela os diversos planos em atuação no ser humano, colocando em conflito as personagens, umas contra as outras, confundindo-as ou mantendo-as em equilíbrio. O conceito jurídico dos dois corpos do rei não pode, portanto, ser ignorado na obra shakespeariana, pois, se por um lado a imagem curiosa se esvaneceu do pensamento constitucional, ainda possui hoje um significado muito concreto, perpetuado na obra do dramaturgo inglês. “O que devo, em serviço e lealdade, paga-se apenas por seu cumprimento. Nosso dever pertence a Vossa Alteza, sendo devido a vós, ao Estado e aos vossos; Não passa de dever fazermos tudo por vosso amor e honra” (SHAKESPEARE, 2006, p. 716).

Os dois corpos do rei em *Macbeth*

Em *Macbeth* é possível observar a mística dos dois corpos do rei. Há uma relação entre a violação do Corpo natural do rei com as feridas do Estado presente na cena em que Malcolm dialoga com Macduff e desabafa seu lamento sobre as condições do país, que está sendo destruído. “A cada dia uivam novas viúvas, novos órfãos; As dores ferem o rosto do céu, que ressoa, como a sentir com a Escócia, e ecoa sua dor” (SHAKESPEARE, 2006, p. 772). A relação entre, os lamentos que

causam dor e morte e o jugo que o povo padece sob os ditames de Macbeth revelam a junção do Corpo político e o Estado.

Macduff: A Escócia continua a mesma?

Rosse: Ai, Ai, quase com medo de se conhecer. Não é mais nossa mãe, é nossa tumba, onde só o ignorante ainda ri; onde o uivo de dor que corta o ar vibra sem ser notado; e onde a dor mesmo violenta parece rotina, e ninguém sabe por quem dobra o sino. O homem bom dura menos do que a flor, pois morre sem doença. (SHAKESPEARE, 2006, p. 778).

Antes a terra escocesa gerava filhos e frutos. Havia vida. Agora, tornou-se um lugar de dor, de medo, de sangue, de morte. Os membros do corpo do rei são violentamente arrancados do corpo coletivo do rei. A violência é uma constante e a devastação e a usurpação da Escócia é inevitável. Aqui, é clara a influência dos planos político e teológico nos planos físico e natural. O corpo político é constituído pelo rei e seus súditos e todas as situações e eventos geram consequências que reverberam sobre o Reino.

Há que se pensar também na relação entre o Rei e Deus. Kantorowicz indica que a concepção político-teológica teve origem na Idade Média nas discussões sobre a natureza do poder dos reis e foi reintroduzida na Era Tudor com base nos escritos de Anônimo Normando, que por volta de 1100, usou a antítese *natura et gratia*. De acordo com esse princípio, como a imperfeição da natureza humana pode ser reconstituída e refeita pela graça divina, o Corpo do rei torna-se perfeito após a sua unção. O poder do rei pela graça é o poder de Deus por natureza. Assim, o soberano é também Deus e Cristo pela graça, com poder divino semelhante ao de Cristo. Essa união entre o poder e a unção divina, e entre o poder e a unção reais constituíram a base das monarquias cristãs medievais (KANTOROWICZ, 1998, p. 58-59).

Kantorowicz destaca que “o rei é um ser geminado”, humano e divino, configurando um Deus-homem (KANTOROWICZ, 1998, p. 61). Entretanto, o caráter dual do rei só se consolida após ser ungido e consagrado.

[...] o rei tem em si dois Corpos, a saber, um Corpo natural e um Corpo político. Seu Corpo natural (se considerado em si mesmo) é um Corpo mortal, sujeito a todas as enfermidades que ocorrem por natureza ou acidente, à imbecilidade da infância ou da velhice e a defeitos similares que ocorrem aos corpos naturais das outras pessoas. Mas seu corpo político é um corpo que não pode ser visto ou tocado, composto de política e governo, e constituído para a condução do povo e a administração do bem-estar público, e esse Corpo é extremamente vazio de infância e velhice e de outros defeitos e imbecilidades naturais, a que o Corpo político não pode ser invalidado ou frustrado por qualquer incapacidade em seu Corpo natural. (PLOWDEN apud KANTOROWICZ, 1998, p. 21).

O Corpo natural é visto como corpo protegido pelo poder do rei. Mesmo a doença não rouba o Corpo político, que é semelhante ao dos anjos e santos espíritos, porque representa como eles, o imutável no tempo (KANTOROWICZ, 1998, p. 22).

A soberania do monarca é indiscutível. A proibição de qualquer vingança ou traição contra o ministro divino que representa o ungido de Deus na Terra é, portanto, um fato. Dessa forma, aplicando tais princípios ao *corpus* da nossa pesquisa, vemos que Macbeth viola o Corpo natural do rei para possuir seu Corpo político. Mesmo assassinado, o corpo político do rei Duncan, de que Macbeth se apropria, permanece vivo. A figura do rei desta maneira toma uma dimensão dogmática. O covarde assassinato do rei Duncan causou a violação contra o corpo do rei, por conseguinte, contra Deus. Mesmo que Macbeth não seja rei soberano, mas um mero usurpador, a forma diplomática e retórica da confirmação de suas atribuições lhe confere o estado de rei legítimo. Assim, Macbeth usa a expressão “nós”, [...] “nosso medo de Banquo” (SHAKESPEARE, 2006, p. 742).

A concepção de rei ungido de Deus e a dos dois corpos do rei é simbólica em *Macbeth*. O rei é Duncan e nunca *Macbeth*, como demonstram várias referências ao longo da peça. Ao se referir à morte de Duncan, Macduff constrói a seguinte metáfora: “O caos realizou sua obra-prima! O assassino sacrílego arrombou o templo ungido do Senhor, roubando sua vida!” (SHAKESPEARE, 2006, p. 734). O corpo do rei Duncan, na condição de templo sagrado e ungido, foi corrompido. Kantorowicz aponta essa referência ao templo como o corpo do rei, análogo à referência ao corpo de Cristo.

Shakespeare sacraliza a figura do rei como construção política e teológica, sempre dicotômica, uma política e uma física. Por essa razão, se estabelece a confusão cósmica, política e psicológica, que se entrelaça na obra do dramaturgo, em particular em *Macbeth*, em que o corpo do rei, o Estado, foi brutalmente violado por um ato antinatural. A ação, por conseguinte, exige reparo para a restituição da ordem cósmica e política que foi desorganizada.

O corpo do rei Duncan é visto como um corpo perfeito, pintado com ouro e prata. “[...] O rei jazia ali em seu sangue dourado; cada talho feria a natureza” (SHAKESPEARE, 2006, p. 736). A natureza violada causa a agitação cósmica. A violação física do Corpo natural do rei Duncan simboliza a violação do Corpo político do rei e do Estado.

No texto dramático, encontram-se algumas menções ao Corpo natural, corpo físico como uma fonte de água pura, sugerindo a pureza do corpo, do sangue e do rei como ser sagrado. O princípio do Corpo político é representado metaforicamente. “[...] A fonte, o chefe, de vossa linhagem s’vão cortados; sua fonte secou” (SHAKESPEARE, 2006, p. 736).

É interessante observar que a metáfora remete ao Cristianismo, entendendo Cristo como a fonte da água viva. O rei é, portanto, visto no mesmo lugar de Cristo. São nítidas, também, as menções à Santidade do rei. “[...] o rei seu pai, foi sempre um santo” (SHAKESPEARE, 2006, p. 776).

A imagem do rei Duncan é destacada como de um soberano cuja bondade revela piedade e santidade. Malcolm refere-se aos feitos do rei inglês que possuía a capacidade de curar, como ele próprio havia testemunhado: “[...] como invoca ele o céu só ele sabe; mas males estranhos, chagas inchadas que dá pena olhar e derrotam o médico, ele cura” (SHAKESPEARE, 2006, p. 778).

Essa característica contrasta com a postura tirana e inescrupulosa de Macbeth que não cuida, nem preserva a integridade do seu reino. Ao contrário, usurpa o trono e mata sem piedade seus súditos que são os membros do corpo cuja cabeça é ele. Ademais, ao apresentar o rei como dotado da capacidade de cura, Shakespeare assinala a Santidade e o poder do rei, o ungido de Deus que fazia milagres como Cristo.

Ambivalência em *Macbeth*

A ideia de ordem é a coluna vertebral das estruturas hierárquicas sociais e políticas da Idade Média. Para Rosenfeld, “a força, a perfeição, o valor máximos residem sempre na cúpula, emanando daí para os degraus inferiores. Dificilmente se admitiria a ideia de que o poder emana de baixo (do povo)” (ROSENFELD, 2009, p. 125). As eras Tudor e Elisabetana preservaram a estrutura hierárquica social do topo para a base, estrutura essa que exercia influência direta sobre a consciência do povo, entre os séculos XVI e XVII.

Sigmund Freud (1988), em seu ensaio *Totem e Tabu*, discute a influência do totem e do tabu sobre a consciência. A base para o tabu se concentra em sentimentos ambivalentes, que surgem quando do confronto de estruturas psíquicas opostas, construídos durante o desenvolvimento humano. Freud destaca o tabu a que os povos primitivos eram submetidos, quando proibidos de terem contatos com reis e sacerdotes.

[...] qualquer contato imediato ou indireto com essa entidade sagrada e perigosa é assim evitado e, se não puder sê-lo, certas cerimônias são imaginadas para impedir as consequências temíveis. [...] do poder curador do contato real não há necessidade de recorrer a selvagens. Os reis da Inglaterra, em épocas não tão remotas, desfrutavam do poder de curar a escrófula, que era [...] conhecida como o “mal do Rei” [...]. (FREUD, 1988, p. 34).

A concepção Medieval dos poderes misteriosos, mágicos e sobrenaturais foi reintroduzida no século XVI com a intenção de proteger o rei e de tornar a sua imagem intocável. A concepção dos dois corpos do rei contempla também, reflexões sobre o poder de cura dos reis, que criadas e enraizadas na sociedade Medieval, tinham como objetivo alertar e ensinar os súditos que os reis tinham esse poder sagrado e, portanto, deveriam agir com cautela e cuidado.

Talvez, devido à aura de sacralidade que envolvia os objetos interditos, a palavra tabu tinha significado ambíguo, significando, também, “impuro”,

“demoníaco” e o que “não pode ser tocado”, algo dotado de risco de contágio e infecção através do toque. “Simultaneamente, significava também, “sagrado”, misterioso”, “inominável”. Freud (1988, p. 52) confirma que as “proibições” do tabu devem ser compreendidas como consequências de uma ambivalência emocional. Para ele, a consciência provavelmente tenha surgido de uma “ambivalência emocional, de relações humanas bastante específicas, às quais essa ambivalência estava ligada” (FREUD, 1988, p. 53), e a consciência se faz notar quando a ideia de ordem, através de um processo análogo, passa por um deslocamento entre a figura do pai na família e a figura do rei no ambiente político. A consciência cria forma, portanto, através de uma concepção monárquica que o rei ocupa na sociedade, isto é, a mesma posição que o pai ocupa na família e que Deus ocupa no céu e no universo. O “Totem então nada mais é que do que um representante do pai” (FREUD, 1988, p. 105).

Na peça *Macbeth*, antes do assassinato do rei e da usurpação da coroa, sentimentos ambíguos são gerados no protagonista Macbeth, resultantes da predição das bruxas e do assassinato.

Capitão: [...] Pois Macbeth (que honra o nome) ignorando a fortuna, brande a espada que, fumegando de justiça e sangue, qual favorito do valor, trinchou o seu caminho até achar o biltre [...]

Duncan: meu bravo primo! Nobre valoroso! (SHAKESPEARE, 2006, p. 706).

A imagem de Macbeth era de um general de guerra honrado, fiel e corajoso. Mas, ele é levado a um encontro com a sombra.

1ª bruxa: Salve Macbeth; Oh Salve, Thane of Glamis!

2ª bruxa: Salve Macbeth; Oh Salve, Thane of Cawdor!

3ª bruxa: Salve Macbeth; que um dia há de ser rei! (SHAKESPEARE, 2006, p. 710).

A predição assusta Macbeth, que a vê concretizar-se, quando Rosse lhe confere o título de Thane of Cawdor. O acontecimento desencadeia no protagonista a ambivalência de sentimentos. O desejo e a ambição de possuir a coroa logo, ou esperar pelo destino. “[...] para levar-nos para o mal, as armas do negror dizem verdades; ganham-nos com tolices, pra trair-nos em questões mais profundas [...]” (SHAKESPEARE, 2006, p. 713).

À parte Macbeth reflete:

Duas verdades [...].

[...] Se má, por que indica o mesmo sucesso, de início, com a verdade? Já sou Cawdor; Se boa, porque cedo à sugestão cuja

horrível imagem me arrepia e bate o coração contra as costelas, negando a natureza?

[...] se o fado me quer rei, que me coroe sem que eu me mova. (SHAKESPEARE, 2006, p. 714).

O desejo da coroa torna-se ambivalente. O corpo político é desejado, gerando um conflito interno no personagem. Os sentimentos ambíguos em relação à imagem do rei soberano resultam em conflitos de consciência.

O filho príncipe! Esse é um tropeço que me derruba, se eu não superar, pois está em meio caminho. Apaga, estrela, pra luz não ver os meus desígnios negros, fique olho cego à mão, porém, insisto que o que ele teme, feito, seja visto. (SHAKESPEARE, 2006, p. 717).

Ansioso para ascender ao reinado, Macbeth escreve à esposa Lady Macbeth, relatando seu encontro com as bruxas e a predição que ouvira. Ela por sua vez teme que o marido não ouse antecipar seu destino.

[...] mas temo-te a natureza: Sobra-lhe o leite da bondade humana para tomar o atalho. Sonhas alto, não te falta ambição, porém privada do mal que há nela. [...] vem, pra que eu jorre brio em teus ouvidos, e destrua coma bravura desta língua o que te afasta do anel de ouro com que o destino e a força metafísica te querem coroar. (SHAKESPEARE, 2006, p. 718).

A violação da figura do rei idealizada e inserida numa aura mística norteia, então, a peça, e o sentimento em ambíguo – assassinar ou não o rei – determina a consciência moral e ética em *Macbeth*.

O personagem vê o rei Duncan como ungido, soberano e bondoso: “[...] Duncan, além do mais, tem ostentado seu poder com humildade, e vivido tão puro no alto posto, que seus dotes soarão, qual trombeta angelical” (SHAKESPEARE, 2006, p. 722). Estabelece-se, portanto, uma luta interna em Macbeth, um general de guerra, que conhece o ato físico da morte lícita dentro do contexto da guerra, já que objetiva a proteção do seu povo, de sua terra, do rei. Agora, a morte é ilícita. Ele busca seu próprio interesse e, ao mesmo tempo, reflete sobre a escolha que fará. Vê-se na contramão da ordem estabelecida. A esposa não conhece uma guerra e não conhece o ato de matar que lhe é conhecido. Nela a semente da ambição germina e sua única sede é a do poder, e sua influência torna-se voraz e com astuta, jogando seus dardos inflamados sobre o ego do esposo.

Macbeth: Não vou levar avante esse negócio. Ele acabou de me honrar; e eu conquistei o ouro do respeito dessa gente; devo agora ostentá-lo em seu brilho, e não descartá-lo assim.

Lady Macbeth: Estava bêbada a ambição que vestias? E dormiu? E acorda para olhar pálida e verde pro que, livre pensara? Doravante julgo assim o teu amor. Tens tanto medo de seres, com teus atos de coragem, igual aos teus desejos? Queres ter o que julga da vida o ornamento, ou viveres como um covarde aos próprios olhos, deixando o “quero” curvar-se ao “não ouse”, como um gato pescando?

[...]

Macbeth: Paz, eu peço. Eu ousa tudo que convêm a um homem, quem ousa mais não o é. [...] e se falharmos? (SHAKESPEARE, 2006, p. 723).

O homicídio selou irrevogavelmente seu destino. Com o assassinato do rei Duncan, é tarde demais para que seja feito algo a respeito do lado obscuro do personagem. A sombra dominou suas ações.

Shakespeare leva seu personagem Macbeth a um encontro com a escuridão. As palavras que o dramaturgo põe nos lábios do assassino descrevem o vazio e a miséria aflorados pela escuridão, resultantes de sua escolha. “A vida é só uma sombra: um mau ator, que grita e se debate pelo palco, depois é esquecido; é uma história que conta um idiota, cheia de som e fúria, sem querer dizer nada” (SHAKESPEARE, 2006, p. 793).

Macbeth é uma figura trágica para quem a vida perdeu todo o significado.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi estabelecer as possíveis relações entre os aspectos históricos, psicológicos, emocionais e literários presentes no texto dramático *Macbeth* de William Shakespeare.

No drama shakespeariano existem duas situações que se opõem. Em um lado, vemos o Estado buscando manter ordem e estabilidade, e para que isso ocorra, ele cria mecanismos de contenção inculcando a ideia de ordem e consciência moral do indivíduo. Usando como instrumentos os atos punitivos como a decapitação em praça pública e à doutrina dos Dois Corpos do Rei. Do outro lado, o indivíduo que tem o seu desejo conflitante com as ideias de ordem do Estado. Neste terreno onde colocamos o Estado e o indivíduo, há um embate marcado pelo conflito entre o indivíduo que foi ensinado sobre os valores de hierarquia, ordem moral e psicológica e as imposições do Estado. Os mecanismos de contenção para preservar a ordem, cobrados pelo Estado monárquico, criam e provocam no indivíduo o medo, que intervém nas suas ações. No contexto da peça, esse embate é usado como artifício estético.

Em *Macbeth*, em vários solilóquios dos protagonistas observam-se os conflitos gerados pelas proibições, sendo a mais severa delas aquela que

interditava qualquer ato que violasse o poder monárquico, ou seja, o corpo político do rei, um corpo sagrado, que estava no trono por ordem divina.

Macbeth imaginava a possibilidade de se tornar rei, através do regicídio. E são precisamente as interdições impostas que instauram a mudança no ritmo do pensamento do personagem. Suas reações emocionais são alteradas e modificadas pelos temores de ser punido por violar o poder divino personificado no corpo político do rei Duncan. Desta forma, a doutrina dos Dois Corpos do Rei era importante para se estabelecer e manter a ordem hierárquica social e fixar o poder do Estado. Nesta estrutura do pensamento medieval contida nessa doutrina, Deus e os reis eram o centro do macrocosmo e o povo, parte do microcosmo. Deus era o centro do universo, e o rei, por ordem divina, ocupava o topo máximo na hierarquia terrestre. Desta maneira, o povo, temente a Deus, devia respeito e obediência ao Rei e suas escolhas.

Logo após Macbeth cometer o regicídio, assume o corpo político e o trono, e para se manter no poder, comete outros assassinatos, tornando-se usurpador e tirano.

Em *Macbeth*, há um estranhamento do protagonista em relação ao seu ato. Logo após assassinar o rei Duncan, ele não se reconhece mais. “[...] melhor não conhecer-me que tomar consciência do meu feito [...]” (SHAKESPEARE, 2006, p. 731).

O seu desejo pela conquista transforma-se em insatisfação e inaceitação. No fim da peça, Macbeth entende o sentido de sua vida e da condição humana como transitoriedade terrena – breve como a luz de uma vela – que não fica registrada na memória.

[...] amanhã, e amanhã, e ainda amanhã arrastam nesse passo o dia-a-dia até o fim do tempo pré-notado. E todo ontem conduziu os tolos à via em pó da morte. Apaga vela! A vida é só uma sombra: um mau ator que grita e se debate pelo palco, depois é esquecido; é uma história que conta o idiota, toda som e fúria, sem querer dizer nada. (SHAKESPEARE, 2006, p. 793).

Referências

FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto I**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SHAKESPEARE, William. **Tragédias e comédias sombrias: teatro completo**. Volume 1. Tradução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

SPURGEON, Caroline. **A imagística de Shakespeare**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Para citar este artigo

PORTELLA, Tatiane Oliveira. A violação do corpo do rei em Macbeth. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 3, n. 2, p. 248-262, mai.-ago. 2014.

A autora

Tatiane Oliveira Portella é mestranda na área de literatura e cultura na linha de tradução cultural e intersemiótica pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.